

“El fuego de la libertad”: a conspiração sufocada de negros livres, cativos fugidos da América portuguesa e indígenas em Santa Cruz de La Sierra (1809)

Bruno Pinheiro Rodrigues¹

Resumo: O artigo que se segue tem como proposta analisar a conspiração sufocada de negros livres, cativos fugidos da América portuguesa e indígenas em Santa Cruz de la Sierra em 1809. Para tanto, realizaremos uma reflexão sobre os principais registros do evento, a fim de elucidarmos as possíveis conexões com os incipientes movimentos de independência, bem como as complexas alianças tecidas para manutenção da liberdade. O planejamento e participação de cativos fugidos na conspiração de 1809 revelam, além da compreensão de acontecimentos políticos de ordem global, que a fuga da América portuguesa não era suficiente para manutenção da liberdade, que só poderia ser conseguida à custa de diversificadas alianças e estratégias.

Palavras-chave: Escravidão; Conspiração; Santa Cruz de la Sierra.

“El fuego de la libertad”: the suffocated conspiracy of free blacks, escaped slaves from portuguese America and indigenous in Santa Cruz de la Sierra (1809).

Abstract: The following article aims to analyze the conspiracy suffocated of free blacks, escaped slaves from portuguese America and indigenous in Santa Cruz de la Sierra in 1809. For this, we will realize a reflection about the main records of the event to elucidate the possible connections with the incipient independence movements, as well the complex alliances woven for maintenance of freedom. The planning and participation of escaped slaves at the conspiracy in 1809 reveals, beyond the comprehension of political events of global order, that escape from portuguese America was not enough to maintain the freedom, that could only be achieved at the expense of diverse alliances and strategies.

Keywords: Slavery; conspiracy; Santa Cruz de la Sierra.

Artigo recebido em: 01/12/15

Artigo aprovado para publicação em: 27/02/2016

El fuego de la libertad, que de poco tiempo a esta parte ha empezado a abrazar los corazones de los habitantes de la América, parece que empieza a centellear hasta en

¹ Doutor em História pela Universidade Federal de Mato Grosso, com estágio de doutoramento sanduíche pela Universidade de Lisboa. E-mail: brunojihaad@yahoo.com.br

los rincones más escondidos de los Andes. Acabamos de saber la fatal ruina de españoles que por un acaso se ha evitado en Santa Cruz.

Todos los negros de aquella capital unidos con los indios iban a sorprenderla el veinte del pasado a las tres de la mañana; tenían ánimo de no dejar un habitante blanco y apoderados de la gran sala de armas que allí tienen, defender su libertad hasta el último trance. Un muchacho descubrió la conjuración. Han preso a varios de los principales; muchos se han escapado y venido a esta ciudad con designio de incorporarse en la compañía del Terror, que así se llama la de los negros y mulatos. No sabemos si con esto se aquietará la rebelión general de esta desgraciada raza de hombres (VÁZQUEZ MACHICADO, 1988).

Quando o cura José Antonio Medina, considerado o cérebro e coração dos primeiros atos que reivindicavam a emancipação política no Alto Peru², foi capturado pelas forças monarquistas, uma grande soma de correspondências e livros foi apreendida consigo. Em meio ao vasto material que se encontrava em sua posse, havia uma carta escrita aparentemente por Manuel Victoriano García Lanza, um dos rebeldes encarregados por insuflar a insurreição em outras cidades. (MORENO, 2012, p. 17) Lanza relatava com grande euforia que a centelha lançada em Chuquisaca e La Paz no ano de 1809 finalmente começava a abraçar os “corações” de todos os habitantes das Américas³, até mesmo dos rincões mais escondidos, como assim era considerada Santa Cruz de la Sierra, pequena cidade do Alto Peru que, em agosto de 1809, fora palco de uma conspiração arquitetada pelos extratos mais modestos, a saber, a população escrava, negros livres e indígenas.⁴

No período, em meio às invasões napoleônicas enfrentadas pela coroa espanhola na Europa e à crise de legitimidade do poder monárquico nas Américas, notícias circulavam por todo o Alto Peru e provocavam diferentes reações. Nesse contexto, forças começavam a se agrupar ou buscar alianças em meio ao cenário que se montava para as turbulentas guerras de independência que iriam assolar o cotidiano dos habitantes americanos até meados da década

² O território que atualmente é denominado Bolívia, ao longo da história recebeu outras designações, como Charcas e Alto Peru. No presente capítulo optamos pelo último termo para referência ao período colonial, sobretudo a partir do século XVIII, pois “Charcas”, como sugere Alberto Crespo Rodas, remete apenas a um grupo autóctone da região, não representando a sua totalidade. (RODAS, 1977, p. 5)

³ Fazemos aqui referência aos levantes de 25 de maio de Chuquisaca (atual Sucre) e 16 de junho em La Paz, ambos no ano de 1809, que juntos trouxeram à cena pública forças que reivindicavam a independência do Alto Peru. Mais adiante, voltaremos ao tema.

⁴ Santa Cruz de la Sierra, no início do século XIX, era a capital de uma das províncias que formavam o território referente à Real Audiência de Charcas, que por sua vez estava vinculada ao Vice-Reino del Rio de la Plata, criado em 1776. Estava localizada no Alto Peru, juntamente com as províncias de Chuquisaca, La Paz, Potosí e Cochabamba, que posteriormente dariam origem à futura República da Bolívia, em 1825. Até este ano, a Província de Santa Cruz estava dividida nas seguintes partes: Moxos, Chiquitos, Cordillera, Vallegrande e Santa Cruz.

de 1820. Homens como Medina e Lanza eram a expressão clara desse processo.⁵ Assim, chegara a Santa Cruz de la Sierra a falsa notícia de que o rei havia prometido a alforria definitiva aos negros mantidos em cativeiro e a isenção ao pagamento de tributos aos indígenas, mas que autoridades locais haviam omitido.

Indignados e esperançosos, escravos e negros livres – estes últimos em grande parte emigrados dos domínios portugueses –, vislumbraram finalmente aparecer o momento ideal para se darem a liberdade ou a consolidarem. A liberdade só seria uma condição concreta se a tomassem pela força, assim possivelmente conjecturaram os conjurados. Desse modo, aliados com indígenas da região – especialmente os Chiriguanaes, como veremos adiante –, planejaram tomar de assalto Santa Cruz de La Sierra no dia 20 de agosto de 1809 com o ataque a todos os habitantes brancos, principalmente autoridades. Todavia, o plano foi descoberto e violentamente sufocado.

Em resumo, o artigo que se segue trata de uma análise pormenorizada não somente da conspiração, mas igualmente da participação ativa de escravos e negros fugidos dos domínios lusitanos nos acontecimentos políticos do período, de modo que, em primeiro lugar, apresentaremos uma reflexão das versões documentais que registram o evento; posteriormente, as possíveis relações com os movimentos de independência que irromperam na América espanhola no período e, por fim, o malogro e destino dos conjurados capturados.

“El fuego de la libertad”: duas versões para a conspiração de 1809

Os acontecimentos do mês de agosto de 1809 em Santa Cruz de la Sierra seguramente podem ser considerados um dos principais eventos que levaram o Alto Peru às guerras de independência. Duas são as versões sobre os fatos: uma publicada por Ádrian Justiniano no

⁵ A descrição de Humberto Vázquez Machicado, sobre o cura Medina, nos fornece uma dimensão do papel e importância do personagem no período: [...] El cura Medina fue cerebro y acción en los primeros movimientos de libertad en el Alto Perú. Ideólogo apasionado, estaba empapado de la filosofía de los revolucionarios de Francia y sus enemigos le acusaban de ser lector de «libros prohibidos», y en muchos de sus aspectos tiene puntas y ribetes de jacobinismo, incluso hasta en esas vaguedades y exageraciones de que nos habla Hipólito Taine. Medina fue el autor de la famosa proclama de la Junta Tuitiva de La Paz, que definió por sí sola el credo emancipador de estas colonias, y además del plan de gobierno que debía ponerse en práctica, en la nueva patria y por último Goyeneche lo acusa de ser el autor de cuantas proclamas de sedición se han esparcido por la América.” (VÁZQUEZ MACHICADO, 1988).

periódico *El Correo del Plata* em 15 e 16 de agosto de 1899; e a outra encontrada nos autos dos processos instaurados para apurar a rebelião, pelo *Cabildo* de Santa Cruz de la Sierra e *Real Audiência de Charcas*,⁶ além de correspondências trocadas entre autoridades. Tais versões, apesar de contrastarem em diversos pontos, são concordantes em duas questões principais: em primeiro lugar, o protagonismo da tentativa de rebelião se deu em decorrência das alianças firmadas entre escravos, negros livres provenientes dos domínios portugueses e indígenas; e, em segundo lugar, o evento evidenciava que cativos e indígenas estavam atentos ao que se passava não somente no Alto Peru, mas na instabilidade vivenciada pela coroa espanhola ante as invasões napoleônicas, que fragilizavam o controle na região.

A primeira versão, publicada 90 anos após o evento, apresenta a conjura planejada para a noite do dia 15 de agosto, durante a realização da festa de “*Nuestra Señora de Asunción*”, a padroeira da cidade. Atentos e comovidos pelos “ecos da liberdade” que ressoavam por todo o Alto Peru desde os acontecimentos de 25 de maio em Chuquisaca e 16 de Junho em La Paz e indignados com a imposição de impostos, os escravos e negros livres da cidade resolvem tramar uma “formidável conspiração” a fim de se vingarem e “alforriarem-se a si próprios”. (JUSTINIANO, 1899, p. 3)

O plano era surpreender aqueles que se encontravam na festa e matá-los, com exceção das mulheres. A desvantagem das armas de fogo no confronto seria compensada pela superioridade numérica, contabilizada por Justiniano como cerca de 800 indivíduos. A festa, desde o final do século XVIII, era a mais popular da cidade e reunia as principais autoridades de Santa Cruz. Passara a fazer parte do calendário, segundo Justiniano, desde o final do século XVIII, quando o subdelegado da cidade, Antonio Seoane de los Santos, encomendara a imagem

⁶ As Reais Audiências foram instituições de grande importância na América Espanhola. Em termos gerais, consistiam no que se considerava “máximo tribunal nas colônias”. Acima dela, em importância, havia somente o Conselho das Índias. Tal instituição estava estruturada da seguinte maneira: presidente, ouvidores, um ou dois fiscais e um oficial de justiça que executava ordens do tribunal. De acordo com Malamud, havia três tipos de Audiência na América espanhola: as “pretoriais”, que tinham à frente um presidente que estava diretamente subordinado ao Conselho das Índias; as “vice-reinais”, que eram presididas por um vice-rei; e as “subordinadas”, como a *Real Audiência de Charcas*, dirigidas por um presidente com escassas funções executivas e submissas aos mandos do vice-rei. Quanto aos Cabildos, estes se constituíam em instituições fundamentais para a administração colonial na região. Eram originários do antigo conselho castelhano e acompanhavam a fundação de novos núcleos urbanos estruturados por um ou dois alcaides ordinários e regidores (de 4 a 12, a depender do espaço administrado). Considerados a “melhor ferramenta” administrativa das cidades e para o apoio das reivindicações frente ao monarca, possuíam numerosas atribuições: concessão de terras, eleição, deposição de autoridades, recrutamento de forças militares e administração da justiça em nome do rei. (MALAMUD, 2009, p. 155-156)

da “Virgem de Assunção” de Nápoles. Durante a pomposa cerimônia de entrega, sucederam estranhos fatos que acabaram interpretados como milagres. Nas palavras do autor:

Noticioso de la próxima llegada de la imagen, D. Antonio, invitó al vecindario para ir procesionalmente al encuentro de aquélla. Por supuesto, no tuvo que rogar para que todo el mundo se apresurase a satisfacer tan plausible deseo, con tanta más razón cuanto que, desde in illo tempore, somos esencialmente decididos por las procesiones. ¡Al Pari todo fiel cristiano!

Nunca se había visto tanta gente por esas calles de Dios, ni jamás se había escuchado vocerío igual en la de ordinario pacífica y tranquila ciudad de Santa Cruz de la Sierra, ó más propia é históricamente llamada San Lorenzo de la Frontera [...]. (JUSTINIANO, 1899, p. 1)

Não obstante, com todo o povoado reunido, a mula que carregava a imagem, assustada ou participando da alegria geral, inesperadamente se agitou e desapareceu em carreira para a decepção de todos os presentes que julgaram destruída a imagem carregada. No entanto, quando retornaram à cidade na profunda tristeza, a surpresa:

[...] Cabizbajos y silenciosos, muchos vecinos acompañaban á su casa al Sr. Seoane; llegan y.....!Si! parece mentira, allí estaba la mula, quietecita delante de la puerta de calle, mosqueándose filosóficamente como si tal cosa, y con su carga intacta. ¡Aquello, si, fue motivo para una verdadera conmoción popular! (JUSTINIANO, 1899, p. 1)

Desde então, passou-se a realizar a festa do “velório de Nuestra Señora de Asunción” na casa do Subdelegado, com grande esplendor e pompa, missa solene cantada na Catedral da cidade e procissão até a casa de Seoane. Quanto à santa, esta foi eleita padroeira da cidade.

A noite que presenciou a conspiração de negros livres, escravos e indígenas, no dia 15 de agosto de 1809, de acordo com a narrativa de Justiniano, vivenciava mais um suntuoso “velório” à santa, com toda a alta sociedade *cruceña* presente, que ocupava os salões da residência elegantemente vestida e esbaldava-se em doces, biscoitos e fartas jarras de chocolate, ao passo que na parte externa da casa de Seoane, na praça, a população se aglomerava recreando-se com a audição da orquestra que tocava no interior. Seguindo a tradição, o recinto montado para a festa era comparável a uma mansão “celestial”. De acordo com o autor,

(...) La selecta y numerosísima concurrencia al velorio, ajena á lo que en contra ella se fraguaba, departía en los amplios salones iluminados con profusión, en el principal, se alzaba lujoso altar de la Virgen, que radiante en luz parecía elevarse al cielo remontándose sobre vaporosas nubes artísticas formadas con riquísimas telas de

201



blancura inmaculada. Y el coro de ángeles que le entonaba himnos de alabanza, lo constituían preciosas niñas que congregadas alrededor de María transformaban el recinto en verdadera mansión celestial. (JUSTINIANO, 1899, p. 3)

Contudo, na parte externa, entre a população que se encontrava na praça, havia um considerável grupo de negros escravos e livres que aguardavam um sinal para adentrar o recinto: “[...]Afuera la tormenta rugía sordamente, y la plaza iba llenándose de multitud de individuos de aspecto siniestro y sombrío, como el oscuro color de sus torvos semblantes.” (JUSTINIANO, 1899, p. 4) A senha para entrada seria dada por Julico, um violinista que animava a festa, que tocava uma sequência de notas já conhecida pelos insurgentes. Julico, de acordo com Justiniano, era a grande *liderança* do levante.

Até então, tudo indica que a noite seguia de acordo com o planejado, quando entra em cena Juan José Duran, que trazia consigo uma carta escrita por Don Juan M. Rojas delatando o movimento. Don Juan havia sido informado momentos antes por uma escrava que, por seu turno, argumentava ter se informado por seu marido acerca da conspiração. Discreto e frio, o subdelegado, após ler a carta, emitiu ordens para apreensão de alguns mulatos, dispersão de outros e regressou “serenamente” ao salão da festa, sem que os presentes se dessem conta do perigo iminente. Julico, ao perceber o malogro, abandonou o velório. Na praça, com as saídas cercadas por guardas, alguns conjurados foram presos, outros fugiram aos bosques; e assim foi sufocada a rebelião, na narrativa de Justiniano. Após alguns dias, Julico foi capturado nas matas. Levado para a cidade, teve a sua cabeça decepada e cravada numa madeira pontiaguda no caminho que conduzia à Cotoca, povoado vizinho onde se descobriu o plano. A sua punição deveria servir de exemplo para todos aqueles que ambicionassem a liberdade.

A segunda versão para os eventos do agosto de 1809, por outro lado, apresenta-se mais “moderada” e recatada, todavia, não menos impressionante. Começa por contrastar já na data planejada para o levante: 20 de agosto. De acordo com Humberto Vázquez Machicado, que consultou os documentos dispostos no Archivo General de la Nación, de Buenos Aires, dias antes foi realizada uma investigação e o plano do levante foi anunciado no 18 de agosto. Assim como a versão narrada por Ádrian Justiniano, o objetivo era passar a “degüello toda persona de cara blanca”. (VÁZQUEZ MACHICADO, 1988) Entretanto, para assim o executarem, planejavam tomar pontos estratégicos da cidade a fim de se munirem com armamento, a saber:

o “Armazém da Pólvora” (na sala das armas), a Administração dos Tabacos e Casa Real. (MORENO, 2012, p. 14)

Descoberta a conjura através da delação, foram ordenadas as prisões das lideranças que se encontravam a meia légua da cidade. A notícia das prisões se espalhou rapidamente e assim vários conjurados conseguiram se evadir. Diferentemente da narrativa de Justiniano, o inquérito instaurado pelo Cabildo de Santa Cruz para apurar os fatos apontou duas principais lideranças e a não menção ao músico Julico:

[...] y activas diligencias de o copio de gente , y armamento, ha resultado y de la sumaria que un mulato esclavo de Don Josef Salvatierra, llamado Franco, era el jefe y comandante desta sedición asociado a el negro Anselmo, capitán de los negros libres portugueses, y que recolhidos negros, mulatos e (sic) en casa de lo Anselmo destas en media legua de esta ciudad daban el asalto contra esta Republica el día hoy, del gobernante Reniel esta igualmente que la determinación era degollar toda persona de cara branca, después deles jueves y los niños (Doc. 1, fl.4, grifo nosso).

Franco era o líder dos escravos e Anselmo o capitão dos “negros livres” provenientes de Portugal.⁷ Consta no inquérito que o capitão haveria ordenado aos seus companheiros que produzissem flechas, que juntamente com armas de fogo dariam os primeiros passos da rebelião. Com a delação e realização de prisões, Anselmo, Franco e outros cativos conseguiram fugir. Contudo, não tiveram a mesma sorte outros 11 conspiradores, considerados lideranças. Além destes, as autoridades *cruceñas* relatavam nos autos do processo que estavam aliados aos conspiradores alguns indígenas das missões próximas à Santa Cruz de la Sierra.

Assim, após o sufocamento da rebelião, realizaram interrogatórios com os 11 conjurados aprisionados durante um mês inteiro, além de tentativas de captura dos demais que haviam fugido. O inquérito, de maneira geral, foi concluído no dia 27 de agosto e enviado à Intendência de Santa Cruz (em Cochabamba), para que se enviasse posteriormente à Real Audiência de Charcas, que estava localizada em Chuquisaca. Uma das primeiras constatações era quanto à procedência dos negros livres “conjurados”, oriundos de Portugal:

[...] Por estos fundados deseos y para que los mulatos negros que han *transmigrado a este Reyno desde Portugal* y residen en esta ciudad, con el abrigo descontinuy desordenes, y los *esclavos prófugos*, con otras criminalidades própias por sus *Genios*

⁷ Leia-se aqui como provenientes da América portuguesa, principalmente da Capitania de Mato Grosso, que guardava fronteira com o Alto Peru (atual Bolívia).

orgulhoso y que son unos hombres llenos de los vicios y sin subordinación alguna, hemeditado proceder a limpiar a esta Republica de semejante Polilla [...] (Doc. 1, fl.4, grifos nossos).

Reconhecidos como “escravos prófugos”, de gênio orgulhoso e sem “subordinação alguma”, tais negros livres, após atentarem contra a monarquia espanhola, passavam a representar grandes incômodos. O autor do inquérito clamava por limpeza, comparando os conspiradores a traças.⁸ Essa “higienização”, de fato, é o que poderá se observar ao longo dos interrogatórios.

Das relações com o incipiente movimento de independência no Alto Peru

O inquérito realizado pelo Cabildo de Santa Cruz concluiu a existência da relação entre os conjurados com os movimentos de Independências, cujas notícias chegavam dos grandes centros urbanos do Alto Peru. Alegava-se que os escravos e negros livres haviam arquitetado tal plano após se informarem de uma suposta “cédula real” que os alforriava e havia sido omitida pelas autoridades da cidade. A mesma cédula igualmente isentava aos indígenas do pagamento de tributos que lhes era imposto desde 1787.⁹

A notícia, apesar de ser falsa, fazia parte da estratégia revolucionária para desestabilizar o domínio espanhol no Alto Peru. De acordo com Vázquez Machicado, detinha clara origem “doctoral”, ou seja, provinha do “Grêmio doctoral”, formado por advogados de Chuquisaca que defendiam a independência do Alto Peru e estiveram à frente dos levantes de 25 de maio de 1809 na cidade. Nas palavras do autor:

[...] Estos astutos togados querían producir la mayor cantidad posible de levantamiento, por más temerarios y criminales que fueran en sus consecuencias. Lo urgente era producir el caos y la desorganización en la colonia, para de tal caos y de tal desorganización sacar provecho la «patria» en la cual soñaban. (VÁZQUEZ MACHICADO, 1988).

⁸ Traças são larvas oriundas de mariposas noturnas (polillas) que podem corroer lã e outros tecidos, além de pele, de acordo com o dicionário Michaelis.

⁹ Em 1787, em função das chamadas “reformas borbônicas” que impuseram mudanças na política tributária, uma vez que a coroa espanhola necessitava de recursos para executar a pretendida modernização e manter constantes guerras com a França e a Inglaterra, estabeleceu-se obrigação de pagamento de tributos entre indígenas, da qual estavam apenas dispensados excepcionalmente aqueles que se encontravam em condição de fronteira militar na defesa do Império. (PENÃ HASBUN, 2014)

De acordo com o autor, não se sabe quem levou a falsa notícia ou se cativos de Santa Cruz de la Sierra mantinham contatos com os principais centros urbanos. O mais provável é que pudessem ter feito interpretações errôneas das conversas que escutavam nas casas senhoriais:

[...] a través de sus comentarios y disquisiciones acerca de la caducidad del poder real y de la independencia de las colonias, deben haberse deslizado conceptos como los de «libertad», y alguna que otra queja sobre los «tributos», y tales frases fueron escuchadas al vuelo por los negros y así interpretaron a su modo tales noticias que en esa rara forma llegaban a sus oídos. (VÁZQUEZ MACHICADO, 1988)

De qualquer maneira, a organização da conspiração pela aliança entre cativos, negros livres e indígenas estava completamente inserida nos acontecimentos políticos que se passavam no Alto Peru, conectados com alterações de ordens mais gerais.

A região em si vivenciava um período turbulento desde 25 de maio em Chuquisaca, sede da Real Audiência de Charcas e Universidade de San Francisco Xavier, um dos principais centros urbanos do mundo castelhano nas Américas e um dos maiores reservatórios de prata do mundo, proveniente de Potosi. Naquela tarde, após a detenção de Jaime Zudañez, ordenada pelo presidente da Real Audiência, Don Ramón García de León y Pizarro, a população saiu às ruas, rumou à casa presidencial e enfrentou as tropas militares da cidade. Estanislao Just Lleo descreve as minúcias do evento:

[...] Al atardecer del jueves 25 de mayo de 1809, el pueblo de la Plata, la capital del distrito de la Audiencia de Charcas, era presa de una conmoción. A los gritos de *viva el Rey, traición, o mueran los traidores*, una inmensa cantidad de gente se agolpó en la Plaza Mayor, frente al palacio presidencial. Allí, entre los ruidos de los tiros, gritos y sonos de campanas, se llevó a cabo la revolución. Cuando la asonada pareció decrecer, a las primeras horas de la madrugada del día siguiente. Chuquisaca presentaba otro aspecto. El presidente Garcia Pizarro había entregado el mando en la Audiencia, el arzobispo Moxó había huido por miedo a las turbas, y un nuevo ejército, formado por las gentes del pueblo, estaba en vías de formación, a título de defensa de los derechos del rey y de la Patria. (JUST LLEO, 2007, p. 6, grifo nosso)

Apesar de não ser claramente um movimento independentista, uma vez que o evento era formado por várias forças políticas, somaram-se a ele partidos que almejavam a independência. É preciso ressaltar que desde 1808 a Espanha havia sido ocupada por forças napoleônicas. Com

o rei deposto, José Bonaparte assumiu o trono. Todavia, não se reconhecia a legitimidade do novo rei. Criaram-se então Juntas nas mais diferentes cidades do Império espanhol que reafirmavam a fidelidade a Fernando VII, o rei deposto. De acordo com Maria Luisa Soux, no Alto Peru, ao passo que as informações chegavam da metrópole, que davam conta das invasões napoleônicas e abdicação, diferentes corpos, vizinhos, autoridades se apuravam para prestar juramento de fidelidade a Fernando VII, reafirmando-se assim o chamado “pacto monárquico”. (SOUX, 2009)

Segundo Soux, havia uma situação de “vazio de poder” e cataclismo em que se cruzavam diferentes teses: se, por um lado, as “Juntas” reafirmavam a soberania monárquica e domínio colonial, por outro lado, haviam aqueles que reivindicavam maior autonomia. Analogamente, em meio à crise, surgira uma terceira proposta: conferir legitimidade à princesa Carlota Joaquina, única irmã do rei, Bourbon, e que se encontrava em liberdade no Brasil. Em torno dessas teses, é possível entender o significado do 25 de maio em Chuquisaca e os gritos de “traidor”: existia rumores de que o presidente Pizarro houvesse concordado com as pretensões de Carlota Joaquina, embora em carta negasse com veemência as suas pretensões e reafirmasse a lealdade ao rei Fernando VII.¹⁰

A mesma complexidade poderia ser verificada em 16 de junho de 1809 em La Paz. Aproveitando-se da realização da festa da Virgem del Carmen em defesa ao rei e contra autoridades locais, insurgentes realizaram um “cabildo aberto”, aprisionaram o governador intendente e o bispo da cidade. Após o levante, foi publicado um documento intitulado “Proclama de la Junta Tuitiva”. O mesmo aparecerá em diferentes versões expressando o conflito entre forças monarquistas e autonomistas no interior dos movimentos. Segundo Soux,

¹⁰ Em dezembro de 1808, chegou a La Plata uma infantaria enviada por Carlota Joaquina com a proposta de reconhecimento legal da sua regência. Pizarro foi claro na sua lealdade ao rei espanhol Fernando VII: “(...) ni el Terror, ni la Sorpresa, ni el aspecto de la muerte misma, son capaces de inmutar, o hacer vacilar, ni por un instante, nuestra característica fortaleza dispuesta a llenar em todas ocasiones los deberes de vasallaje. Yo por mi parte aseguro a V. A. R. que soy Español, soy noble, soy Jefe de una Provincia, soy General, y por todos estos multiplicados Títulos, me reconozco con otros tantos motivos de hacer toda clase de sacrificios en defensa de los derechos de nuestro Soberano el Señor Don Fernando Séptimo de toda la Familia Real y de la Patria enormemente atropellada, por el ambicioso Emperador de los Franceses. Esta es mi resolución: esta es la de la Provincia que gobierno: esta es la de toda la Nación Española, y esta es la que llenará de satisfacción el grande y Real animo de V.A (...)”. (SOUX, 2009, p. 13)

apesar de serem escritos comprovadamente em 1809, contrastam radicalmente no conteúdo.¹¹
Na primeira versão, observamos uma declaração de fidelidade ao rei deposto:

Ya es tiempo pues de elevar hasta los pies del trono del mejor de los monarcas, el desgraciado Fernando VII, nuestros clamores, y poner a la vista del mundo entero, los desgraciados procedimientos de unas autoridades libertinas.
Ya es tiempo de organizar un nuevo sistema de gobierno fundado en los intereses del rey, de la patria y de la religión, altamente deprimidos por la bastarda política de Madrid. (SOUX, 2009, p. 17)

A segunda versão da “Proclama”, por sua vez, demonstra uma visão de autonomia e independência:

Ya es tiempo pues de sacudir yugo tan funesto a nuestra felicidad como favorable al orgullo nacional del español.
Ya es tiempo de organizar un nuevo sistema de gobierno fundado en los intereses de nuestra patria, altamente deprimida por la política bastarda de Madrid. Ya es tiempo, en fin, de levantar el estandarte de la libertad en estas desgraciadas colonias adquiridas sin el menor título y conservadas con la mayor injusticia y tiranía. (SOUX, 2009, p. 17)

Em outras palavras, podemos observar um confronto entre aqueles favoráveis a Fernando VII e aqueles que reivindicavam maior autonomia. Eram movimentos similares que se propalavam pelo Alto Peru. Humberto Vázquez Machicado, por exemplo, afirma que após o 25 de maio em Chuquisaca, foi enviado um emissário para La Paz, o doutor Mariano Michel, a fim de preparar e ativar a sublevação. Este chegou a La Paz no dia 8 de junho e, segundo as memórias do espanhol Tomás Cotera, não havia cessado de participar de reuniões e instruir os passos da insurreição. (VÁZQUEZ MACHICADO, 1988)

De todo modo, ao retornarmos às motivações que estimularam a tentativa de rebelião em Santa Cruz de la Sierra, não é de se surpreender que os insurgentes cativos pudessem vislumbrar a ideia de uma possível “alforria”. Andrews, ao analisar os diferentes processos de guerras de independência na América espanhola, menciona numerosas situações em que cativos

¹¹ As versões da “Proclama” foram publicadas em temporalidades diferentes. A primeira se deu em 1909, publicada por Manuel María Pinto. A segunda se encontra alocada no Archivo General de la Nación. Por fim, a terceira e última versão se encontra na seção de manuscritos da Biblioteca Central da Universidad Mayor de San Andrés. Vale ressaltar que a análise das diferentes versões também foi realizada pelo historiador José Luís Roca, que observa não a busca por independência em ambos os eventos – 25 de maio e 16 de junho –, mas por maior autonomia. (ROCA, 1998)

não somente estavam atentos aos acontecimentos políticos do continente, mas negociavam com os dois lados do conflito a fim de garantirem as melhores possibilidades para liberdade.¹² Conscientes da importância militar que detinham ao longo das guerras, poderiam ser decisivos para a vitória de um lado ou outro com a oferta de apoio.

Como as guerras de independência se prolongaram mais do que o esperado, ambos os lados do conflito foram obrigados a recorrer aos contingentes de cativos. Andrews dá uma dimensão da importância da participação cativa na América espanhola, de maneira geral:

[...] Os governos rebeldes da Argentina e da Venezuela começaram a recrutar escravos em 1813; um ano mais tarde, o Chile os seguiu. A Espanha a princípio não recorreu ao recrutamento, mas ofereceu liberdade àqueles escravos que se oferecessem como voluntários para servir no exército. (ANDREWS, 2007, p. 91)

Embora não houvesse propostas claras quanto à emancipação, o irromper das guerras de independência e instabilidade ofereciam aos cativos três vantagens que foram largamente aproveitadas: em primeiro lugar, a redução de controle, que propiciou o aumento das possibilidades de fuga; em segundo lugar, a possibilidade dos escravos do sexo masculino obterem liberdade via-alistamento militar; por último, após a participação nas guerras, a aprovação da emancipação gradual por toda a América. (ANDREWS, 2007, p. 88) Com o poder de “barganha” elevado em função dessa instabilidade, a participação escrava nos conflitos alterou significativamente a viabilidade da escravidão colonial.

De todo modo, tanto no caso dos conspiradores de Santa Cruz terem interpretado erroneamente as notícias que circulavam pela América espanhola, como aventa Vázquez Machicado, ou como no de que pudessem ter sido manipulados por notícias falsas enviadas de Chuquisaca ou La Paz, cativos que se encontravam na cidade estavam dispostos a lutar por essa liberdade. No caso dos negros libertos, provenientes dos domínios portugueses, possivelmente compreendiam que aquele poderia ser o momento de assegurar a condição livre, inconstante e incerta, uma vez que frequentemente as autoridades do Mato Grosso e Cuiabá requeriam a

¹² George Reid Andrews constata que enquanto alguns se uniam aos exércitos rebeldes sob a promessa de liberdade, outros se uniam aos senhores para evitar o recrutamento. Ao longo das guerras, por exemplo, Simon Bolívar decretou recrutamento de cativos na Colômbia, Venezuela e Peru, que não foi recebido de maneira agradável entre senhores, em vista da alta possibilidade de morte e futuras alforrias. (ANDREWS, 2007, p. 92)

captura e devolução para o outro lado da fronteira.¹³ Ou mesmo, podemos aventar que a aliança entre negros livres e escravos pudesse representar de alguma maneira um gesto solidário ou vingança contra o homem branco. Acerca dessa última hipótese, lembramos que, no inquérito realizado pelo Cabildo de Santa Cruz, a proposta principal do levante seria degolar todos aqueles de “cara branca”, indistintamente.

O sufocar da insurreição aparece em ambas as versões, no texto de Ádrian Justiniano e nos documentos relacionados ao inquérito que apurou os fatos. Contudo, o primeiro se restringiu a mencionar a punição de Julico, considerado a liderança da conspiração, ao passo que na segunda versão constava a prisão de 11 cativos. Nesta última, após a apuração dos fatos e interrogatórios capitaneados pelo Cabildo de Santa Cruz, os prisioneiros foram enviados à Real Audiência de Charcas.

Infelizmente, não localizamos dados acerca de Ádrian Justiniano a fim de termos melhor clareza sobre a sua base documental. Todavia, quando a comparamos com as outras fontes – inquérito e correspondências diversas –, parece-nos que a imprecisão em alguns pontos ou exagero em outros possa ser proveniente da memória coletiva do evento que ainda permeava a população *cruceña* mesmo após 90 anos do ocorrido. Sobre essa hipótese, vale frisar: muito mais “cativante”, dotada com tons diversos de cores, embora o final tenha sido dramático como na outra versão, com o malogro e punição violenta das lideranças. Ao vislumbrarmos a descrição e participação de Julico, apontado como a grande liderança do movimento, é possível imaginá-lo entoando a melodia que daria início à insurreição, caso não fosse traída.

Tanto em uma versão como em outra, a tentativa fracassou pela delação de pessoas próximas aos conspiradores. Por um detalhe de dias, caso o plano fosse bem-sucedido, estaríamos diante de um evento com grandes semelhanças à exitosa Revolução haitiana; revolução que, entre 1791 e 1804, levou o Haiti da condição de colônia a um território independente, governado por negros, tendo levado à morte ou ao exílio forçado a população branca escravocrata e colonizadora.¹⁴ A carta escrita e publicada em 1º de janeiro de 1804, pelo

¹³ Ver tese de Bruno Rodrigues (2015), que trata das relações entre as coroas espanhola e portuguesa em torno da devolução de cativos fugidos, especialmente o capítulo 4.

¹⁴ As semelhanças dos episódios de Santa Cruz de la Sierra e a Independência haitiana são notáveis, a começar pela proposta de ataques à população branca e da autoalforria por meio do levante. Acerca da Independência haitiana, existe uma extensa bibliografia. Ver Cordova-Bello (1967), Luis R. Mott (1982) e Cyril Lionel Robert James (1938).

general Dessalines, proclamado governador-geral da Ilha, revela um provável sentimento análogo ao sentido pelos conjurados de 1809:

Não fora suficiente expulsar de vosso país os bárbaros que ensangüentavam esta terra por dois séculos; não fora suficiente ter restringido as facções sempre recorrentes que estavam brincando de afastar a sombra da liberdade que a França expôs aos vossos olhos; é necessário, por último ato de autoridade nacional, assegurar perpetuamente o império da liberdade no país que nos viu nascer; é necessário constringer o governo inumano que leva há tempos o torpor mais humilhante aos nossos espíritos, todos esperam nos subjugar novamente; é preciso, enfim, viver independente ou morrer.¹⁵

Pelas lacunas documentais, não sabemos se os conspiradores do agosto de 1809 estavam ou não inspirados na independência haitiana, se carregavam consigo o sentimento de *viver independente ou morrer*, proclamado pelo haitiano Dessalines. Contudo, a história de luta para se verem livres da escravidão ainda teria continuidade, com as prisões e futuros julgamentos.¹⁶ Portanto, ainda nos é possível delinear mais alguns passos da conspiração sufocada.

O malogro: consequências, punições e novos caminhos

As prisões ocorreram logo após o anúncio da conspiração, no dia 18 de novembro de 1809. Pelo que consta na investigação realizada pelo Cabildo de Santa Cruz, grande parte dos conspiradores, ao se informarem das prisões, fugiram da cidade e vilarejos vizinhos para as matas, deixando para trás armas e flechas, que foram encontradas na casa de Anselmo, líder dos negros livres de Portugal. Nos meses que se seguiriam ao sufocamento da rebelião, além do envio dos 11 conjurados considerados líderes do movimento, outras prisões ocorreriam.

Bismark Cuéllar Chávez, que tem realizado uma investigação junto às correspondências trocadas entre o subdelegado Antonio Seoane de los Santos, a Intendência de Cochabamba e a Real Audiência de Charcas, menciona a continuidade das prisões e a permanência do iminente sentimento de novas alianças seguidas com revoltas de indígenas e negros na região. No dia 7

¹⁵ A declaração de independência encontra-se disponível no <<http://www.nationalarchives.gov.uk/dol/images/examples/haiti/0003.pdf>>. Acesso no dia 7 de janeiro de 2015.

¹⁶ Sobre a participação de negros escravos e liberdades em levantes pela América latina durante o período de escravidão, especialmente, no Vice-Reino do Peru, ver capítulo 6 da tese de Rodrigues (2015).

de novembro de 1809, no relato de uma fuga perpetrada por negros considerados “réus” que se encontravam na carcerária da cidade, subentende-se que, mesmo após a captura das lideranças, as prisões tiveram continuidade. O documento transcrito havia sido produzido diretamente por Antonio Seoane de los Santos, o subdelegado da cidade:

[...] Don Antonio Seoane de los Santos, coronel de Reales Ejércitos, Comandante del Batallón de Milicias Provinciales de Santa Cruz de la Sierra y Juez Real Subdelegado de este Partido, etc., etc.- Por cuanto en esta hora que son las cuatro de la mañana del presente día, se me notició la fuga de los *Reos criminales comprometidos en el alzamiento acordado contra de la inocente ciudad* que se hallaban en la cárcel pública y conviene averiguar el modo y forma como consiguieron libertarse de las seguras prisiones en que estaban y reparar con oportunidad las fatales consecuencias que de ello pueden resultar. Debía de mandar y mando, se proceda por mí a reconocer y averiguar cómo han logrado los dichos reos su intento: fue descuido que hubo en la guardia que los custodiaban para aplicar el condigno castigo al individuo que resulte culpado [...]. (CUÉLLAR CHAVEZ, 2009, p. 9, grifo nosso)

Na sequência, Seoane informa o despachar de cartas para todas as partes, especialmente aos curas responsáveis pelas missões vizinhas para que tivessem atenção com os negros fugitivos, pois temia que pudessem introduzir uma “cizaña” ou que espalhassem má-influência. Para tanto, também ordenou atenção a comandantes militares dos diferentes pontos em volta de Santa Cruz para que velassem pela segurança da cidade dia e noite.

Havia medo não somente da associação entre negros livres e escravos, mas da perigosa aliança com indígenas que, entre final do século XVIII e início do XIX, perfaziam cerca de 2.111 indivíduos.¹⁷ Na própria conclusão das investigações que aprisionaram os 11 conspiradores em agosto daquele ano era mencionada a aliança entre negros e indígenas das quatro missões vizinhas que uniam forças em torno de diferentes objetivos: cativos queriam a liberdade e indígenas desejavam a isenção dos tributos. Portanto, era importante bloquear o mais rápido possível a indignação e possibilidades de novos ataques, especialmente entre a “gente do Piray”, próximo às cordilheiras.

O Piray configurava-se como a principal missão fundada entre as cordilheiras e rio Parapití, a oeste de Santa Cruz de la Sierra, junto às terras de indígenas Chiriguanaes. Sua

¹⁷ No final do século XVIII, o governador-Intendente Francisco de Viedma estimou a população de Santa Cruz e povoados vizinhos: 4.303 espanhóis, 1.376 mestiços, 2.638 cholos, 2.111 indígenas e 150 negros, entre escravos e livres. (VIEDMA, 1836)

fundação remete ao ano de 1680, segundo Viedma, quando o padre jesuíta Juan de Torres tentara edificar um povoado. Como os Chiriguanaes não aceitavam a prática de comércio com habitantes de Santa Cruz, tentaram matar o padre, que acabou por fugir. Queimada e completamente destruída, a missão só voltaria a ser restabelecida em 1768, quando, após sucessivas derrotas, os indígenas acabaram por ser submetidos e, sob o comando do presbítero Lorenzo de Ortiz, edificou-se o povoado intitulado Nuestra Señora de la Asumpcion del Piray. (VIEDMA, 1836, p. 169)

Situado entre os rios Parabanó e Piray, distante a uma légua pelo norte da Cordilheira, vinte e seis de Santa Cruz, o povoado era um dos 8 de 19 que haviam aceitado à submissão à fé católica. A grande maioria entre os 1.686 que haviam no povoado era formada por indígenas Chiriguanaes, conhecidos pelo temperamento “ardente” e “variado”. (VIEDMA, 1836, p. 170)

Tal temperamento era verificável na constante hostilidade que os Chiriguanaes mantinham com os espanhóis que, de acordo com Paula Peña Hásbun, tratava-se de uma verdadeira “dor de cabeça” desde o século XVI. Conflito herdado dos Incas, provocou insucesso quase completo nas políticas de evangelização, povoamento e submissão. Do último quartel do século XVIII até meados do XIX, agravou-se com a não aceitação da presença das missões na região, provocando constantes conflitos que levaram até mesmo o subdelegado de Santa Cruz, Antonio Seoane, a organizar campanhas militares contra indígenas em 1800. Na ocasião, juntamente com o governador-intendente de Cochabamba, organizou um batalhão formado por 1.149 homens para arrasar os Chiriguanaes que atacavam as missões. Estes últimos, ante o poder do adversário, acabaram por fugir. No entanto, novos levantes e ataques voltaram a se repetir em 1804 e 1807. (PEÑA HÁSBUN, 2014, p. 7)¹⁸

Em outras palavras, no que diz respeito à possível aliança entre negros e indígenas nos eventos do agosto de 1809, os *cruceños* tinham grandes razões para temer o diálogo entre negros que almejavam liberdade e indígenas que eram hostis à presença espanhola na região, como os Chiriguanaes que habitavam o entorno do Piray e já mantinham uma guerra que se arrastava por séculos.

¹⁸ Nino Guardia (2008) também aponta que a compreensão para as alianças firmadas por indígenas Chiriguanaes e rebeldes durante a guerra de independência deve ser considerada à luz da constante hostilidade entre tais indígenas e espanhóis na região. (GUARDIA, 2008, p. 14)

Retornando à fuga dos conjurados de 7 de novembro de 1809, chama a atenção os esforços movidos para se tentar apurar as circunstâncias da fuga, provavelmente motivados pelo temor ou pressão da sociedade *cruceña*. Buscava-se um culpado, aliado ou facilitador. Foi chamado o capitão da guarda Manuel José Rodriguez. No interrogatório mencionado por Cuéllar Chávez, o capitão afirmou que os escravos haviam escapado por meio de um buraco feito em torno da cela e que os guardas não viram, já que não estavam autorizados a examinar a cela e, assim, não poderiam saber se existiam ferramentas no interior. Mesmo negando o descuido, o capitão mandou prender o guarda responsável na noite da fuga, Andrés Méndez, suspeito de ter feito vista grossa à fuga. (CUÉLLAR CHAVEZ, 2009, p. 10) Aparentemente, era preciso encontrar um culpado para se acalmar os ânimos.

A partir do dia 8 de novembro, começaram as buscas pelos evadidos. Um dos capturados foi Melchor Florián que, mesmo encontrado sozinho nas matas, resistiu à prisão e acabou por perecer. Jose Manuel Rodriguez relatou ao subdelegado Seoane a sua luta e morte:

Doy parte a Usía como en esta hora acaba de llegar el cabo segundo de mi compañía Ramón Baca con la escolta que le acompañó esta madrugada en solicitud de los reos fugitivos de la cárcel que mediante las estrechas eficaces providencias de Usía se están persiguiendo, trayendo la cabeza de uno de los principales caudillos del precitado alzamiento contra esta ciudad, llamado Melchor Florián, que resistiendo en el monte a la tropa que lo iba a aprisionar y prendiéndose con imponderable odio de un soldado y del fusil que llevaba, conociendo los demás el empeño con que aspiraba a ser disparos de él y dejarlo en el sitio, se vieron en el estrecho de dispararle un balazo dejándolo en el sitio. Cuerpo de Guarda de esta Plaza y Noviembre nueve de mil ochocientos nueve. (CUÉLLAR CHAVEZ, 2009, p. 11)

Em outro documento transcrito por Cuéllar Chávez, pode-se observar com grande clareza a determinação de Melchor Florián em resistir até a morte:

[...] habiendo la escolta rastreado por los inmediatos montes y dado con él, reconvenido por un soldado que se diese preso le respondió diciendo que de *ningún modo lo haría* y abalanzándose al propio tiempo del soldado le agarró el fusil y lo acosó contra una isla en donde estuvieron forcejeando hasta que, consiguiendo el soldado quitarle el fusil, le puso los puntos y como no diese fuego causa estar lloviendo en aquella hora, dispuso al punto el mulato avanzando con imponderable furia, sin embargo, de estar con la dicha platina (grilletes) en los pies y retirándose el soldado del peligro que le amenazaba se acercó otro que era su hermano y le disparó un tiro al mulato el que quedo en el sitio [...]. (CUÉLLAR CHAVEZ, 2009, p. 12, grifo nosso)

Para satisfação do povo que pedia castigo aos envolvidos na conspiração, segundo Seoane, a cabeça de Melchor Florián foi cortada e posta no meio da praça. A punição deveria servir de exemplo a todos que ousassem atentar contra a cidade. Ao todo, a operação de captura conseguiu reunir, até o dia 11 de novembro, 9 evadidos, que voltaram ao cárcere da cidade com maior vigilância.

Quanto ao destino dos 11 negros capturados ainda em agosto e enviados para Chuquisaca/La Plata, a conjunção de fatores políticos mais amplos relacionada aos embates políticos que antecederiam o eclodir das guerras de independência, reservaria aos mesmos um caminho distinto, contudo, não menos tormentoso. No dia 11 de setembro, pelos autos do processo, é providenciada uma guarda que estaria encarregada de levar o grupo a Chuquisaca para julgamento, atendendo às determinações legais para causas criminais antes de se executar a pena recomendada pela primeira instância, o Cabildo. (Doc. 1, fl. 3) Juntamente com o grupo, foi enviada a sumária realizada pelo Cabildo de Santa Cruz, concluída no dia 27 de agosto, que detalhava os fatos e aguardava o aval para proceder à “limpeza”.

Porém, em Chuquisaca, o julgamento não saiu como o esperado. A primeira baixa foi a declaração da nulidade da sumária enviada pelo Cabildo, sob a justificativa de que não competia à instituição e sua jurisdição a realização de uma investigação criminal. Cuéllar Chávez menciona uma correspondência trocada entre o vice-rei do Río de la Plata e o intendente de Cochabamba, em 27 de novembro, que confirmava a anulação da primeira sumária realizada:

En vista del oficio de V.S. de 16 de octubre último y del testimonio con que instruyó de haber anulado la Real Audiencia del distrito lo actuado por el subdelegado y comandante de armas de Santa Cruz y por el alcalde ordinario en esta causa de alzamiento de negros indios tributarios, prevengo a Ud, que ahora que guarde y cumpla la resoluciones expedida en el mismo asunto anteriormente por esta superioridad que proveerá en adelante con mayor conocimiento en cuanto a los demás particulares contenidos en el citado oficio con el fin de cortar ulteriores controversias. (CUÉLLAR CHAVEZ, 2009, p. 6, grifo nosso)

O cabildo secular *cruceño*, por sua vez, acatava a decisão, mas pedia que não se enviassem os negros novamente a Santa Cruz, pois havia a suspeita de que pudessem se aliar com os conspiradores fugidos e indígenas das quatro missões vizinhas. Em todo caso, a continuidade do processo revelaria novas surpresas: ao contrário do que se esperava, no que diz

214



respeito ao rigor da aplicação de penas, os tribunais da Real Audiência de Charcas, com a intervenção direta do jovem advogado Antonio Vicente Seoane y Robledo, decidiu por enviar parte dos prisioneiros para o trabalho em uma *panedería* próxima à cidade.¹⁹

Em vista do histórico de aplicações penais rigoroso, afirma Humberto Vázquez Machicado, o trabalho na *panedería*, como parte da punição, poderia ser considerado incomum. Ou seja, a pena aplicada era branda, uma vez que, por atentados contra a coroa, frequentemente mandavam os réus para forca ou lâmina. (CUÉLLAR CHAVEZ, 2009, p. 17) A atuação do advogado Antonio Vicente certamente havia sido decisiva para o que Machicado chamou de “benignidade”. É possível que o mesmo tenha feito valer a sua influência nos pareceres, na medida em que o grupo do advogado dominava o grupo de “ouvidores” da Real Audiência. O advogado, segundo Machicado, estava completamente “entregue à revolução” e era simpático à causa dos rebeldes aprisionados. (VÁZQUEZ MACHICADO, 1988)

Vale ressaltar que Antonio Vicente era o próprio filho do subdelegado que autou e comandou a derrota da insurreição, Antonio Seoane de los Santos. Havia se educado e formado em direito em Charcas no ano de 1808 e, ao contrário do seu pai que era conhecido pela extrema lealdade ao rei, tivera participado desde o irromper dos primeiros levantes que levariam o Alto Peru à guerra de Independência, como no 25 de maio de 1809 em Chuquisaca. (VÁZQUEZ MACHICADO, 1988)²⁰ Em 1810, quando se deram os primeiros levantes da guerra de independência em Santa Cruz de la Sierra, Antonio Vicente foi uma das lideranças.

Segundo Vázquez Machicado, a relação entre pai e filho estava degradada desde que Seoane de los Santos se informara por cartas das ideias e envoltimentos subversivos do filho, que se encontrava em Chuquisaca. Considerava a falta de lealdade ao rei um sacrilégio. O desconforto e decepção do pai se expressaram até mesmo nas vésperas da sua morte, em presença do filho, que havia regressado a Santa Cruz:

[...] El viejo Coronel hallábase enfermo cuando su hijo regresó de La Plata con su flamante título latino y una porción de ideas nuevas en la cabeza. Postrado en cama hallábase el Coronel, en su última enfermedad; abrazó a su hijo allí, estrechándolo emocionado, apenas pudo decirle entre sollozos: «Hijo, ya se que vienes a darme la muerte». El vasallaje leal a su Rey conserbálo hasta las mismas puertas del sepulcro. La Parca fue piadosa con él, pues cerró sus ojos para siempre, antes de ver a sus dos

¹⁹ A “padaria” em que os prisioneiros foram encaminhados localizava-se próxima ao sítio chamado “Purificacción”, nos arredores de Chuquisaca, de acordo com os autos do processo. (Doc. 1, fl. 10)

²⁰ Idem Ibidem.

hijos: don Antonio Vicente y don Manuel José, alzarse los primeros en rebelión contra la soberanía peninsular, el 24 de septiembre de 1810. (VÁZQUEZ MACHICADO, 1988)

De qualquer maneira, direta ou indiretamente, todo esse ambiente de instabilidade política no Alto Peru, iniciado principalmente a partir de 25 de maio de 1809, contribuiu para que os negros conspiradores não fossem executados. Ao contrário do que as autoridades *cruceñas* reivindicavam, tomaram caminhos diversos. Nino Gandarilla Guardia afirma que aqueles que não emigraram novamente foram incorporados posteriormente nas forças que guerrearam na independência, como o grupo de negros que passou a compor o chamado “Batalhão dos pardos” em Santa Cruz, criado pelo comandante Ignacio Warnes.²¹ Este era formado por mulatos e fazia parte da infantaria. O regimento que o criara previa a concessão da liberdade a todo negro escravo que se alistasse. (GUARDIA, 2008, p. 52-53)

A carta escrita, provavelmente, por Manuel Victoriano García Lanza ao cura Medina também dava conta de um possível destino dos insurgentes em meio à instabilidade política: poderiam ter se incorporado à chamada “Compañía del Terror”, formada por negros e mulatos, associada aos rebeldes que, a partir de 1810, lutaram diretamente por independência. (PEÑA HÁSBUN, 2014, p. 10) Sobre a alcunha da “Compañía”, Guardia afirma que, possivelmente, recebeu tal nome não por estar associada diretamente às forças que reivindicavam mais autonomia em meio ao emaranhado de forças políticas que se entrecruzavam no período, mas pela “fobia” que se tinha da associação de negros ou escravos.

No entanto, os autos do processo informam claramente o destino de alguns prisioneiros, encaminhados à *panedería* que estava sob administração de Don Mariano Gallo: Antonio Gomes, Manuel Francisco Martin Claro, Mateo Apóstoles, Joaquim Cardoso e Francisco Ruiz. Mesmo sendo considerada uma pena mais “branda”, se comparada à aplicação das penas capitais, o trabalho na *panedería* de Don Mariano Gallo era considerado pesado pelos negros aprisionados.

²¹ Quando Warnes chegou a Santa Cruz de la Sierra, tinha 43 anos. Foi um dos 3 comandantes que comandaram a frente dos patriotas (aqueles que lutavam pela emancipação da Espanha) em Santa Cruz, juntamente com Antonio Suárez e José Manuel Mercado. Sob o seu comando, o exército dos rebeldes lutou nas batalhas de Flórida (25 de maio de 1814), Santa Bárbara (7 de outubro de 1815) e El Pari (21 de novembro de 1816). Nesta última, veio a falecer. Segundo Guardia, a batalha na qual pereceu Warnes é considerada uma das mais sangrentas das guerras em Santa Cruz. (GUARDIA, 2008)

Os conspiradores, ao requererem liberdade via processo à Real Audiência, denunciaram em representações separadas os maus-tratos recebidos. Antonio Gomes foi o primeiro. Afirmava que o tratamento recebido na *panedería* de Mariano Gallo era intolerável e cruel. Constantemente recebia açoites, assim como os demais prisioneiros. Declarava ter “emigrado” do reino de Portugal e desde então vivia na região na condição de livre, servindo ao rei da Espanha como soldado. Antonio dizia ser um “absurdo” ameaçarem-no de devolução a Portugal, uma vez que já até havia combatido Portugal em ações militares. Em suas palavras:

[...] es intolerable La hostilidad y crueldad con que ami y ami compañeros nos trata el indicado panadero contipundonas con asotes como a presidiarios. Y señor, vine a buscar La protección e (sic) para que en Sta Crus imputando tumulto, huivimos noticia que nos aparecieron remitir al Brasil, e donde emigramos al Servicio y amparo del nosotros monarca El Rey de La España, aquién siempre hemos servido de soldados contra los bárbaros, y aun contra nuestra mesma nacion [...]. (Doc. 1, fl. 5)

É interessante observar em Antonio Gomes não somente a ausência de qualquer apego às estruturas políticas do reino de Portugal, mas também o fato de até já tê-lo combatido. Certamente, em solos dominados por portugueses, não conseguira vislumbrar possibilidades de uma vida com autodeterminação. Continua a sua representação reafirmando a sua lealdade ao rei da Espanha e suplica que fosse posto em liberdade, pois havia deixado em Santa Cruz de la Sierra sua mulher e filhos. Colocava-se à disposição e, para se ver livre da prisão, até mesmo ao pagamento de fiança, que “daria como muita satisfação”.

A segunda representação, escrita por Manuel Francisco Martin Claro, guarda semelhanças com a carta de Antonio Gomes: Manuel, também “emigrado” do reino de Portugal, dizia ignorar as razões da sua prisão e afirmava que já tivera servido ao rei da Espanha como soldado, portanto, era um “fiel vassalo”. Suplicava clemência e a sua soltura. Na carta, argumentava que se não demonstrasse “bom comportamento”, colocassem-no em prisão novamente. (Doc. 1, fl. 7)

Por fim, a terceira e última súplica que consta nos autos do processo sobre o julgamento dos conjurados de Santa Cruz foi escrita por Mateo Apósteles, também fugido do reino de Portugal. O mesmo afirmava desconhecer a razão pela qual fora posto em prisão e reclamava veementemente do trabalho na *panedería*:

[...] me son intorelables los padecimientos que sufro en la indicada panederia, em que con el continuo trabajo nocturno, me estoy extenuado, hasta ponerme en uno estado de enfermedad, que puede costarme la vida, como a sucedido a uno de mio companero, que a muerte y algunos se hallan bien enfermos. (Doc. 1, fl. 8)

Dando prosseguimento ao seu relato, Mateo afirmava se considerar, junto com os seus companheiros, alvo de calúnia dos moradores de Santa Cruz de la Sierra, invejosos tanto da *liberdade* que gozavam como do trabalho de cultivo que desenvolviam nas suas terras, vistas como mais produtivas. Assim como Antonio Gomes, mencionava os filhos e mulheres, que poderiam estar perecendo ou sofrendo hostilidades. (Doc. 1, fl. 8)

Acerca desse último depoimento, vale registrar que ele corrobora a posição mais flexível de que gozavam os negros fugidos e habitantes dos arredores de Santa Cruz; possivelmente decorrente da importância econômica que representavam no cultivo, sobretudo da cana-de-açúcar, que entre o final do século XVIII e início do XIX, era o principal produto que movia a economia da região.²²

Ademais, as denúncias perpetradas pelos réus chegaram a surtir efeitos. Nos autos do processo constam vários pedidos do fiscal da Real Audiência para que se apurassem os maus-tratos e se procurasse garantir a integridade física dos prisioneiros. Consta ainda uma carta escrita por Pedro e José Reys, em nome dos prisioneiros, reafirmando os maus-tratos – descritos como “calamidades” –, as acusações infundadas e caluniosas de que os réus eram objeto, movidas por inveja, e a reafirmação da lealdade ao rei; razão pela qual tornava inverossímil um atentado contra a monarquia, pois sentiam gratidão com o “benefício” da concessão da liberdade em solos castelhanos. (Doc. 1, fl. 12)

Não localizamos informações sobre tais mediadores, mas possivelmente estavam vinculados ao grupo de defensores dos conjurados, ou simpatizantes. Antes ainda do resultado do litígio, um fato notável se daria: os 3 negros denunciantes, na madrugada do dia 21 de outubro, conseguem se evadir das dependências da *panedería*, após escalarem as paredes. O fato obrigou ao panedero Don Mariano Gallo a comparecer à Real Audiência. No registro, além de relatar as minúcias da fuga, mencionou a morte de um dos prisioneiros na *panedería* sem

²² Segundo Guardia, no final do século XVIII, houve um aumento da população escrava em Santa Cruz de la Sierra que provocou uma importante intervenção na economia da região, sobretudo pelos conhecimentos que traziam acerca do cultivo da cana-de-açúcar. O aumento de escravos na região coincide, por sua vez, com a elevação da produção que atingiu o seu auge entre 1780 a 1790. (GUARDIA, 2008, p. 18)

entrar em detalhes – o que vinha corroborar as denúncias dos prisioneiros – e o rigor no tratamento. (Doc. 1, fl. 10)

No que se refere aos argumentos utilizados nas representações entregues à Real Audiência de que desconheciam as razões pelas quais haviam sido postos em prisão, é preciso considerar a possível perspicácia aplicada pela defesa: ao se colocarem em uma posição de ignorância dos fatos, paralelamente à afirmação de que acumulavam serviços militares prestados ao rei espanhol, ganhavam força em argumento para que as autoridades maiores considerassem-nos ‘injustiçados’ dentro de toda a contenda.

A despeito da simpatia aos conspiradores, o andar do processo resultou em mais um ganho: após meses de prisão, finalmente foram absolvidos e autorizados a retornarem a Santa Cruz de la Sierra, desde que prestassem um juramento, se apresentassem ao Alcalde ordinário e pagassem uma fiança à Camara Actuario. A forma em que a fiança deveria ser paga, se em prata ou trabalhos, não foi especificada no processo. De todo modo, ao menos parte dos conspiradores aprisionados em agosto de 1809 em Santa Cruz de la Sierra foi exitosa no âmbito da justiça, dentro de toda conjuntura política que se alterava nas Américas em que diferentes tendências se debatiam.

Investigar as minúcias da conspiração sufocada do agosto de 1809, arquitetada por negros livres, escravos fugidos da América portuguesa e indígenas, é desvelar não somente a continuidade da luta pela liberdade após a fuga para América espanhola, como também a atenção aos eventos políticos maiores que irrompiam na Europa, com as invasões napoleônicas, e nas Américas, ante ao início das guerras de independência. Em meio ao complexo quadro político existente na região, cativos fugidos da América portuguesa teceram alianças com diferentes setores e se valeram de variadas possibilidades para obtenção de uma vida livre dos grilhões, fosse com a atuação conjunta com indígenas ou mesmo, como vimos na seção anterior, na prestação de serviços militares à coroa espanhola. A clareza de toda essa trama ainda aguarda vindouras pesquisas que busquem relacionar acervos documentais produzidos tanto na América espanhola quanto portuguesa. Não obstante, esperamos que este breve ensaio possa ter lançado possíveis caminhos para a compreensão da complexidade que pode ter sido a luta pela manutenção da fuga e liberdade.

Fontes e referências bibliográficas

Fonte Primária

Doc. 1 - ABNB, EC1809-8, “Sobre los sucesos de Santa Cruz”, 1809.

Fontes publicadas

JUSTINIANO, Adrian. *Una Conjuracion de mulatos*. El Correo del Plata, Ano I, N. 2015, 15 de agosto de 1899.

VIEDMA, Francisco de. *Descripción Geográfica y estadística de la Provincia de Santa Cruz de la Sierra*. 1ª ed. Buenos Aires: Imprenta del Estado, 1836.

Livros, artigos, teses e textos disponíveis em sítios eletrônicos

ANDREWS, George Reid. *América Afro-Latina, 1800-2000*. Tradução de Magna Lopes. São Carlos: EdUFSCAR, 2007.

CORDOVA-BELLO, Eleazar. *La independencia de Haití y su influencia en Hispanoamérica*. Caracas: Instituto Panamericano de Geografía e Historia, 1967.

CUÉLLAR CHÁVEZ, Bismark. La rebelión de los negros y mulatos en Santa Cruz de La Sierra, 15 de agosto de 1809. Santa Cruz: Bismark A. Historia, turismo & cultura, 2009.

GUARDIA, Nino Gandarilla. *Desenredando La Independencia de Santa Cruz y SUS Provincias (1809-1831)*. Santa Cruz de La Sierra: Centro de Estudios Nacionales, 2008.

JAMES, Cyril Lionel Robert. *The Black jacobins: Toussaint L'Ouverture and the San Domingo Revolution*. New York: the Dial Press, 1938.

JUST LLEO, Estanislao. *La revolución del 25 de mayo de 1809 en Chiquisaca*. Sucre: Universidad San Francisco Xavier, junio-julio de 2007.

MALAMUD, Carlos. *Historia de América*. Madrid: Alianza Editorial, 2005.

MOTT, Luis R. B. A revolução dos negros do Haiti e o Brasil. *Questões & Debates*, ano 3, n. 4 (junho de 1982), p. 55-63.

MORENO, Alcides Parejas. Los movimientos independentistas en la gobernación de Santa Cruz de la Sierra. In: SANTA CRUZ e sus 200 años de Independencia: historia, procesos y desafíos. Santa Cruz de la Sierra: Jatupeando; Investigacruz, 2012.

PEÑA HASBÚN, Paula. *La guerra de Independencia en Santa Cruz* [publicado em 24/09/2013]. Disponível em < <http://www.paginasiete.bo/sociedad/2013/9/24/guerra-independencia-santa-cruz-sierra-1194.html> >. Acessado no dia 08/05/2015.

ROCA, José Luis. 1809. *La Revolución de la Audiencia de Charcas en Chuquisaca y en La Paz*. La Paz: Ed. Plural, 1998.

RODAS, Alberto Crespo. *Esclavos negros en Bolivia*. La Paz: Academia Nacional de Ciencias de Bolivia, 1977.

RODRIGUES, Bruno Pinheiro. *Homens de Ferro, Mulheres de Pedra: resistências e readaptações identitárias de africanos escravizados. Do hinterland de Benguela aos vales dos rios Paraguai-Guaporé e América espanhola – fugas, quilombos e conspirações urbanas (1720-1809)*. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Mato Grosso. Programa de Pós-Graduação em História, 2015.

SOUX, Maria Luisa. El tema de la soberanía en el discurso de los movimientos juntistas de La Plata y La Paz en 1809. *Revista Número 22-23*, Agosto de 2009 (Universidad Católica Boliviana). Disponível em <<http://www.revistasbolivianas.org.bo/pdf/rcc/n22-23/v10n23a01.pdf>>. Acessado no dia 5 de janeiro de 2015.

VÁZQUEZ MACHICADO, Humberto. *La efervescencia Libertaria en el Alto Perú de 1809 y la Insurrección de Esclavos en Santa Cruz de La Sierra* [1988]. Disponível em <<http://www.soysantacruz.com.bo/Generales/GenWeb-HistoriaHnosVM/Htm/H-06.htm>>. Acessado no dia 24 dez. 2014.